

**MEMORIAL RELIQUIA.RUM: TEXTUALIDADES EM MEMÓRIA ÀS
MULHERES VÍTIMAS DA COVID-19 NO BRASIL A PARTIR DE UM PERFIL
NO *INSTAGRAM*¹****Fábio Amaral de Oliveira Paes²
Ítalo Vinícius Gonçalves³****RESUMO**

O presente artigo se propõe a analisar que textualidades e redes textuais conformam perfis de mulheres brasileiras vítimas da Covid-19 retratadas no projeto @reliquia.rum, promovido pela pesquisadora Debora Diniz, no *Instagram*. Para aprofundar nossa reflexão, recorremos a três exemplos que configuram as problematizações acerca das textualidades que singularizam a vida de mulheres que sofrem de forma desigual os impactos da pandemia no Brasil. Guiamos nosso artigo pela articulação entre conceitos que abarcam as dimensões de texto e textualidade, tempo e modernidade, evidenciando como a pandemia intensifica a produção de desigualdades que incidem sobre a vida de muitas das mulheres que já não têm parcela em nosso país. Assim, trata-se de evidenciar como o acontecimento da Covid-19 marca e atravessa distintivamente a realidade de mulheres que ocupam diferentes posições de sujeito pelos marcadores sociais que carregam, como os de classe, raça e etnia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Pandemia; Textualidades; Temporalidades; Acontecimento.

**RELIQUIA.RUM MEMORIAL: TEXTUALITIES IN MEMORY OF WOMEN
VICTIMS OF COVID-19 IN BRAZIL PORTRAYED ON AN *INSTAGRAM*
PROFILE****ABSTRACT**

This present article analyses which textualities and textual networks compose the profiles of Brazilian women victims of COVID-19 portrayed on the project @reliquia.rum, promoted by the researcher Debora Diniz, on *Instagram*. In order to deepen our discussion, we have resorted to three examples that configure the problematizations about the textualities that singularize the lives of women who suffer in unequal ways the impacts of the pandemic in Brazil. We guided our article by articulating concepts that encompass the dimensions of text and textuality, time and modernity, attesting how the pandemic intensifies the production of inequalities that affect the lives of many women who no longer have a part in our country. Thus, it is a matter of showing how the Covid-19 event marks and distinctly crosses the reality of women who occupy different positions as subjects by the social markers they carry, such as class, race and ethnicity.

KEYWORDS: Women; Pandemic; Textualities; Temporalities; Event.

¹ Artigo apresentado como trabalho final para a disciplina “Fundamentos em Textualidades Midiáticas”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG).

² Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG).

³ Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG).

INTRODUÇÃO

Nascida no interior de Minas Gerais, vovó veio para Belo Horizonte aos vinte e quatro anos, com três filhos pequenos. Na cidade, passou o restante da vida na região do Barreiro⁴, vivendo a rotina de cuidar da casa, costurar, ir à igreja e encontrar a família no domingo, o dia de almoçar na casa da vovó. Vovó era firme, às vezes birrenta, teve uma vida simples, mas soube viver a beleza da vida. Valorizava a família, as plantas, as coisas simples da existência, coisas que o dinheiro não pode comprar. Tinha um coração amoroso e era fácil vê-la com um sorriso no rosto. Boas lembranças eu tenho dela. Guardo em casa uma foto sua tirada no dia do meu casamento que, segundo ela me confidenciou, foi um dos dias mais felizes de sua vida. Em março de 2020, vovó descansou, aos setenta e sete anos, após lutar contra um câncer.

Sofrer o luto de perder uma pessoa tão querida não é fácil, ainda mais quando estamos atravessados por algo que transcende qualquer relato cinematográfico sobre o fim do mundo. O cenário da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) mudou radicalmente nossas vidas, nossos relacionamentos, inclusive os momentos mais difíceis, como a perda de alguém que amamos.

Neste ano, em que mais de 350 mil pessoas já morreram pela pandemia da Covid-19 no Brasil⁵, vidas, histórias e amores foram transformados em números de um grande obituário, através dos relatórios divulgados pelas Secretarias de Saúde. Embora a divulgação desses relatórios seja extremamente relevante, pois, em teoria, eles auxiliam nas tomadas de decisão tanto por autoridades políticas quanto por autoridades de saúde, os números de mortos divulgados diariamente nos jornais me incomodaram. Será possível aceitar passivamente ver a morte sendo transformada em estatística, num conjunto de algarismos frios, resultado de uma contagem sem valor subjetivo, sem corpo e sem história?

A morte, nessa situação, parece revelar um único acontecimento social em larga escala, cujos mortos seriam vítimas de um mesmo evento, de uma mesma causa. Entretanto, sabemos que mesmo diante de um aparente cenário de ruptura “global”, há

⁴ Região Sudoeste da capital mineira.

⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/04/10/brasil-350-mil-mortes-covid-19.htm>. Acesso em: 14 abr. 2020.

vários mundos em choque, assim como há tantas pandemias quanto as mais diversas posições sociais ocupadas por aqueles que as testemunham. Por isso, “narramos para dar conta de ampliar nossas experiências e ações sobre o mundo e como estratégia para fazer valer nossos pontos de vista e nossas reivindicações, o que constitui parte essencial das disputas de sentido e dos jogos de poder implicados nos acontecimentos” (CARVALHO, 2019, p. 11). Assim, intencionamos neste artigo vislumbrar parte das inúmeras pandemias vivenciadas por mulheres que ocupam diferentes espaços sociais, mas que também possuem histórias que se atravessam num cenário de potencialização e reificação das estruturas de poder, onde hierarquias se desdobram em novas cristalizações da diferença. E, para além disso, se “o acontecimento não se produz somente no tempo: ele dá também o tempo a ver-se” (QUÉRÉ, 2005, p. 67), entendemos a importância de enxergar as tramas de temporalidades instituídas pela pandemia da Covid-19.

Nestas temporalidades, em que a morte vem de sobressalto, muito se modificou. A liturgia do luto, de velar quem amamos, não é mais possível. Nos sepultamentos, os minutos precisam ser cronometrados no relógio⁶. Não há tempo para se despedir e nem homenagear a vida dos que se foram. Não há tempo para sedimentar a ideia de morte, uma das funções a serem cumpridas nestes rituais. Por isso, algumas experiências foram criadas com objetivo de refletir sobre esses rituais de luto e de morte⁷. Destes, o projeto @reliquia.rum nos chamou a atenção. Trata-se de um projeto para a plataforma de rede social *Instagram*⁸, de autoria da antropóloga Débora Diniz, professora da Universidade Federal de Brasília (UnB), que busca produzir o que ela chama de relicários. Nome bonito tem esse projeto. Do latim *relicarium*, que significa lugar dos restos ou das relíquias, os relicários são – no ambiente religioso da tradição cristã católica – usados para guardar objetos considerados sagrados, como fragmentos dos corpos dos santos e beatos. Como a própria descrição do perfil diz, “relicários são memórias, aquilo que guardamos. Aqui são relicários de uma epidemia no Brasil”. A proposta do projeto é

⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/sepultamento-em-tempos-de-covid-19-exige-mudanca-de-rituais>. Acesso em: 04 abr. 2021.

⁷ Um dos projetos é o site Inumeráveis, que visa ser um memorial dedicado a cada uma das vítimas da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

⁸ O Instagram, distribuído para as plataformas iOS, Android e Windows, é uma rede social online voltada para o compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários. Disponível em: www.instagram.com. Acesso em: 21 out. 2020.

garimpar histórias de mulheres mortas pela doença, por meio das notícias diárias sobre as vítimas da Covid-19 no Brasil, transformando-as em um relicário, em homenagem às suas memórias. Dito de outro modo, o projeto é um meio de sacralizar as vidas de mulheres que em outras narrativas são apenas números e um modo de pôr em jogo pandemias e temporalidades outras que acabam sendo “pacificadas” pelos noticiários.

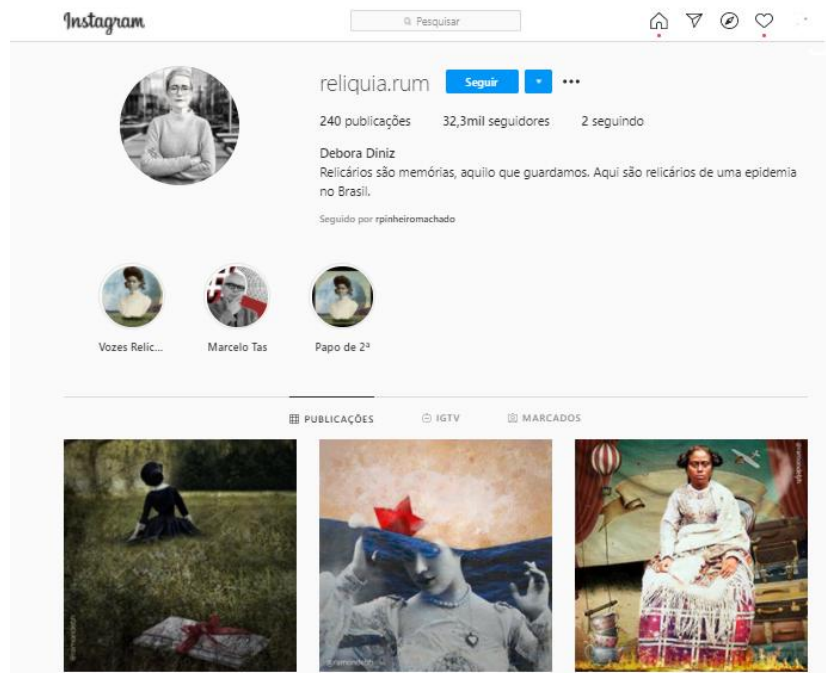
Entendendo o @reliquia.rum como uma estratégia narrativa de visibilizar a história de diferentes mulheres brasileiras, colocando em jogo uma costura de temporalidades e textualidades, nosso artigo se debruçará sobre três de suas publicações, de modo a seguir os rastros de temporalidades e textualidades que perpassam e são evocados pela iniciativa. Assim, nosso gesto é o de identificar os processos de constituição a que tais imagens estão imbricadas e explicitar parte de sua condição de existência.

O perfil @reliquia.rum conta atualmente com 32.114 seguidores e 257 publicações, que somam 263.103 curtidas e 9.740 comentários. Além das publicações no formato de imagens acompanhadas de descrição, que compõem a maioria das postagens do perfil, há também algumas postagens em formato de vídeo que foram publicadas a partir de *lives* realizadas pelo projeto (com a participação de Débora Diniz e convidados) além de outras sob a forma de animações. Todas as publicações contam com as montagens produzidas pelo ilustrador Ramon Navarro⁹, também designer gráfico, roteirista, diretor, desenhista, animador e ator. A partir das histórias garimpadas diariamente nos jornais, são produzidos relatos curtos, que, como destaca o perfil, são “os pedaços e as relíquias de cada vida” dessas mulheres que não merecem ser esquecidas nos números. São histórias de mulheres que muitas vezes já são invisibilizadas no cotidiano, a partir de diversas formas de violência: na exploração sexual, no assédio, no tratamento desigual nos ambientes de trabalho, nos feminicídios e noutras formas de opressão às quais estão submetidas.

⁹ Reportagem especial para o canal Universa, do portal UOL, sobre o projeto. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/ultimo-adeus/>. Acesso em: 21 out. 2020.



Figura 1 – Imagem do perfil @reliquia.rum no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/reliquia.rum/>

É Débora Diniz, responsável pelo perfil, quem escreve os relicários. É relevante ressaltar que, em julho de 2018, a antropóloga foi obrigada a abandonar a docência no curso de Direito na Universidade de Brasília, depois de sofrer inúmeras ameaças de morte por conta de sua atuação em defesa dos direitos reprodutivos de mulheres/homens trans. Por conta dessas intimidações, ela precisou se exilar do Brasil e também foi incluída no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Governo Federal¹⁰.

As montagens que compõem o projeto se assemelham, na forma, aos **relicários** religiosos, mas, antes, compõem-se de um estilo visual poético no formato de *patchwork* em que rostos, vestimentas, objetos, flores, pássaros, árvores, entre vários outros elementos, são harmoniosamente articulados para produzir uma cena suave, esteticamente agradável e tecida fielmente atrelada aos textos verbais que acompanham cada uma das postagens. As fotos usadas na construção artística não são das mulheres vítimas da doença, mas a ideia do projeto parece ser justamente essa: levar os leitores, a

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550871025_250666.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

partir da representação biográfica das mortes retratadas nos conteúdos das postagens, a se aproximarem e a refletirem sobre o modo como mulheres de diferentes raças, idades e camadas sociais sofrem de maneiras desiguais os impactos da pandemia da Covid-19.

Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de caracterizar as textualidades presentes, assim como aquelas que as atravessam, no projeto @reliquia.rum, e, a partir delas, problematizar alguns dos desafios que envolvem as vidas de inúmeras mulheres brasileiras no contexto da pandemia, sem deixar de lado as tramas temporais que também as compõem. A singularidade do @reliquia.rum está em justamente colocar em suspensão os desafios e as lutas travadas cotidianamente por muitas mulheres, destacando as suas especificidades. Desafios esses que antecedem a própria pandemia, mas que a partir dela se potencializam.

TEXTOS, VERBOVISUALIDADES E IMAGINÁRIOS

Para a compreensão das textualidades mobilizadas pelo projeto, iremos trazer alguns de seus textos verbovisuais, procurando atribuir significação a cada uma delas. Para historicizá-las, apresentaremos ao longo do artigo dados coletados nos noticiários e também resultados de pesquisas recentes que tratam das condições das mulheres na pandemia da Covid-19. Isto quer dizer que neste artigo, cada uma das textualidades presentes nos exemplos indicados se abre sob múltiplos caminhos de análise e que a proposta de reflexão realizada neste trabalho é apenas uma das inúmeras possibilidades de textualização. Tomaremos como ponto de partida as reflexões de Leal (2018) acerca das textualidades como processos comunicativos e pragmáticos que desestabilizam as relações temporais e de sentido que definiriam, até então, os limites e contornos dos textos. Ou seja, as imagens, ou textos visuais, que iremos caracterizar não são simplesmente “um produto final de uma prática discursiva historicamente situada, mas algo que emerge em seu desenrolar, na multimodalidade e multidimensionalidade desses processos” (LEAL, 2018, p. 23).

Como pressupostos deste artigo, assumimos as textualidades presentes no projeto @reliquia.rum a partir da noção de “dispositivo”. Neste ponto, cabe pensar nas relações de poder imbricadas nos arranjos que permitem que mulheres, de diferentes

raças, etnias e classes sociais, sejam impactadas de diferentes modos na pandemia. Tomamos como importante a noção de dispositivo em Foucault (1979). O conceito, ainda que ocupe um lugar “marginal” nos estudos do filósofo francês, é definido como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

De modo amplo, a definição de dispositivo se refere ao arranjo entre práticas sociais, elementos discursivos e não discursivos, materialidades e tecnologias de poder que têm como função responder a determinadas urgências históricas, resultando na produção dos sujeitos modernos e suas múltiplas subjetividades. A heterogeneidade encontrada em sua proposta “não é apenas a variedade de substâncias possíveis, mas também a de papéis exercidos no dispositivo: tudo dependerá das urgências, das estratégias, do arranjo que resulte destas” (BRAGA, 2020, p. 17). Porém, como Agamben (2005) nos adverte, são redes que também promovem efeitos de dessubjetivação.

Pensando nas linhas e curvas propostas por Deleuze (1996) ao funcionamento dos dispositivos, entendemos que as textualidades presentes no projeto @reliquia.rum, ao darem visibilidade a diferentes corpos e histórias de mulheres, possam atuar como curvas de enunciação e visibilidade. Talvez, inclusive, o projeto possa produzir, de algum modo, fissuras no dispositivo da mídia hegemônica, que na pandemia quase sempre seguiu uma lógica matemática e estatística, negligenciando narrativas pessoais e “pacificando” o acontecimento da Covid-19.

Um outro ponto que se mostra relevante à análise das textualidades presentes no @reliquia.rum se refere ao imbricamento entre os modos de constituição textual e suas dimensões de alteridade, apontamento trabalhado pelo filósofo Paul Ricoeur e comentado por Leal (2018, p. 19) ao estabelecer que “sujeito e textos fundam-se na textualidade, pondo-se em movimento e tornando-se outro para e pelo outro, num movimento em que conhecer o outro é conhecer-se”. Se para Ricoeur, a estima pelo outro começa pela forma como eu dou ou não valor à narrativa construída por ele,

pensemos nos modos como os outros podem ou não ter suas narrativas contadas, ouvidas e/ou reconhecidas.

Também numa proposta não atomista e substancialista de textualidade, Gonzalo Abril (2012), sobre as imagens, diz de sua preferência pelo uso da noção de “textos visuais”. Nessa visada, as imagens deixam de ser pensadas como “elementos isolados” cujos significados estão encerrados em si mesmos, mas são, antes, unidades de significação pensadas a partir do conceito de texto. Enquanto tecido, ou “trama” de qualidades visuais, esse texto é material, temporal e culturalmente concebido na relação com outros textos e nas práticas sociodiscursivas que lhe atravessam. Deve ser entendido, portanto, na sua interação com múltiplas redes textuais nas quais se reforça ou é colocado em resistência.

Nessa relação de coprodução entre texto e cultura, outro elemento importante para a compreensão das textualidades presentes no projeto @reliquia.rum é a compreensão da significação do texto visual como um processo de experiência visual. Para Abril (2012), essa experiência vivida pelo produtor e/ou intérprete (leitor) se dá a partir da síntese de três dimensões de reprodução e confrontação de poder que englobam mutuamente a inter-relação e interdependência entre a visualidade, a mirada e a imagem.

Figura 2 – Imagem do perfil @reliquia.rum no *Instagram*



Descrição: “A primeira mulher a morrer no Rio de Janeiro é sem nome. Sabemos que era empregada doméstica. Morreu porque não lhe avisaram que a patroa estava doente. Deixou filhos. Deixou em nós a cicatriz do que faz a herança colonial neste país”. **Fonte:** <https://www.instagram.com/p/B-GACxABOEY>.

O nível visual, ou da visualidade, corresponde ao primeiro contato do leitor com o texto visual. Neste contato, mesmo que inicialmente predominem apenas algumas sensações sobre o que se vê (ou não), logo já há a produção de significado por parte do leitor. A mobilização das experiências prévias (pelo emissor ou pelo leitor) configuraria, assim, a relação entre aquilo que escolhemos ver (domínio do visível) e o que escolhemos não ver (domínio do invisível). Abril (2012) define que o bojo da visualidade se relaciona com aquilo que se deseja ver, com o que se sabe, com o que se crê e com o que se faz.

O nível da mirada, ou do olhar, representa o lugar da enunciação, em que olhamos e somos olhados pelos textos visuais. Neste processo, selecionamos, conscientemente ou não, “lugares de enunciação construídos ou assinados como posições sociais: o olhar patriarcal, o olhar da classe dominante, do sujeito que resiste, o cúmplice, o indiferente à dominação do outro, etc.” (ABRIL, 2012, p. 28, tradução nossa). O gesto da mirada pressupõe, portanto, a intencionalidade, situada no tempo e no espaço, a partir da subjetividade e de processos subjetivação que, nas interações, podem dar lugar a regimes de direitos e deveres.

Na figura 2, temos representada a primeira postagem feita no projeto @reliquia.rum, no dia 23 de março de 2020. Na publicação, a foto de uma mulher negra é acompanhada de uma descrição que faz referência à primeira morte pela Covid-19 confirmada no Brasil, de uma empregada doméstica, negra, do Rio de Janeiro. Embora não saibamos o seu nome, o tom de sua pele lhe confere os traços da herança colonial do nosso país.

Se “todo texto é índice de sua própria historicidade”, como define Gonzalo Abril (2007), é a partir das interações e dos processos comunicacionais que os textos produzem temporalidades, dando sentido ao tempo da humanidade em sua relação com o mundo (RICOEUR, 1994). Dito de outro modo, os textos, enquanto narrativas, operam o agenciamento dos fatos a partir da articulação de elementos dispersos, produzindo posicionamentos. O dispositivo midiático, também em sua maneira, é responsável pela produção e instauração de temporalidades, bem como pela modulação dos afetos desejados.

Na pandemia, a maioria dos noticiários pouco diz sobre as mortes das mulheres, mas através de alguns dos rastros textuais presentes na postagem¹¹, descobrimos quem era a mulher retratada na Figura 2. Era uma mulher negra, tinha 63 anos, era idosa – como a maioria das vítimas da Covid-19 até aquele momento – e vivia num bairro humilde da cidade de São Miguel. Morava na periferia e vivia, na sua rotina de trabalho, boa parte do tempo fora de casa. Dormia na casa da patroa durante quatro dias no bairro do Leblon, região nobre do Rio de Janeiro. Demorava duas horas para se deslocar entre sua casa e o serviço. Contraiu a Covid-19 por não ter sido informada de que a patroa estava doente. No Hospital Municipal Luiz Gonzaga, pouco puderam fazer por ela. Ainda havia poucas informações sobre a doença e a confirmação de que sua patroa havia testado positivo para o coronavírus saiu no dia de seu falecimento. Semanas antes, a chefe havia retornado da Itália, que em março era um dos países mais afetados pela pandemia no mundo.

Para aprofundarmos na análise do texto verbovisual representado na Figura 2, recorreremos ao nível do imaginário, a terceira dimensão retratada por Abril (2012). Sem nome, a imagem que vemos da mulher negra não está só, ela é atravessada por outras imagens, por aquilo que imaginamos, ou seja, imagens que se referem às formas que compartilhamos e construímos socialmente e culturalmente enquanto sujeitos, através dos vínculos que temos com outras pessoas e grupos sociais. É importante destacar que as dimensões do “não visto” são essenciais na construção dos arranjos verbovisuais propostos no projeto @reliquia.rum. Apesar de não informarem o nome das vítimas, os textos verbovisuais apresentados atuam como lugares de suspensão e imaginação que perpassam a relação dos leitores/leitoras com as paisagens textuais que conformam o @reliquia.rum. É uma proposta que rompe com uma visada meramente matemática. Essas mulheres não têm nome, mas no e pelo projeto são vistas e reconhecidas. Como descreve Rancière (2010, p. 104), citado por Abril (2012, p. 31), “o que chamamos de imagem é um elemento dentro de um dispositivo que cria certo sentido de realidade, certo sentido comum” (tradução nossa). Sem nome, a primeira textualidade que investigamos no projeto @reliquia.rum pode representar também o retrato de milhares

¹¹ Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>. Acesso em: 23 out. 2020.

de mulheres negras no Brasil. Mulheres que, de modo recorrente, são tratadas como mera estatística, tendo seus corpos e existência invisibilizados no cotidiano das cidades.

COLONIALIDADE, MODERNIDADE E A CICLICIDADE DO TEMPO

Segundo dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)¹², em 2019, cerca de 6 milhões de pessoas ocupavam a categoria de trabalhadores domésticos, dos quais 92,7% são mulheres, a maioria negras, de baixa escolaridade e de famílias de baixa renda. Já o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizado em parceria com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), indica que 70% da categoria no Brasil não tem acesso à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada¹³. Na pandemia, além do fato de não terem acesso legal a direitos trabalhistas básicos e de dependerem da informalidade para garantirem seu sustento, o trabalho doméstico foi definido como atividade essencial, o que coloca em situação de maior vulnerabilidade a categoria de trabalhadoras domésticas.

Achille Mbembe (2018) nos auxilia na reflexão sobre a violência sofrida pelos corpos negros. Em “Crítica da razão negra”, ele discorre sobre a elaboração do conceito de “Negro”. Segundo esse autor, ao tratar a redução entre o corpo e o ser como uma questão de aparência, “os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada”.¹⁴ A raça esteve assim “funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, na origem de inúmeras catástrofes” que envolvem “devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres” (MBEMBE, 2018, p. 13).

Para Mbembe (2018), três momentos marcam esse vertiginoso conjunto dos incalculáveis crimes em função da noção de raça: o primeiro, a transformação de homens e mulheres da África em objeto, mercadoria e moeda em decorrência do tráfico

¹²

Disponível

em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&Itemid=9.

Acesso em: 23 ago. 2020.

¹³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/vulnerabilidade-de-trabalhadoras-domesticas-aumentam-na-pandemia>. Acesso em: 23 ago. 2020.

¹⁴ ELIAV-FELDON, Miriam; ISAAC, Benjamin; ZIEGLER, Joseph. **The Origins of Racism in the West**, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

atlântico (entre os séculos XV e XIX); o segundo, quando os negros, “esses seres capturados por outros, conseguiram articular uma linguagem própria” (MBEMBE, 2018, p. 14) e reivindicar o estatuto de sujeitos plenos, desencadeando uma série de revoltas e lutas pela abolição do tráfico que culminaram com o fim do regime de *apartheid* na África do Sul; já o terceiro momento, com o início do século XXI, é a fase do neoliberalismo, marcado pela “globalização dos mercados, pela privatização do mundo, pela complexificação da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais” (MBEMBE, 2018, p. 15). Este novo momento inaugura a escalada do capital, seu ponto de fuga, no qual “a todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor no mercado” (MBEMBE, 2018, p. 15). O neoliberalismo enquanto racionalidade governamental parametriza a vida a partir de suas estatísticas mercadológicas. Segundo o referido autor, o estatuto neoliberal inaugura um momento de tendência à universalização da condição negra, no qual “os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Sem deixar de reconhecer as opressões, mas fugindo de um estatuto de vítima, Mbembe (2018) aponta alguns caminhos a partir das seguintes questões: Como pertencer de pleno direito a este mundo que nos é comum? Como passar do estatuto de "sem-parte" ao de "parte interessada"? A saída passa pela consciência de que a escravidão e a colonização ainda persistem em suas heranças, como, por exemplo, na transformação da Europa “numa fortaleza” fechada ao estrangeiro a partir de leis que selecionam “diferentes espécies humanas” como aptas ou não a adentrarem no território. Para ele, é preciso, antes, descolonizar a mente, romper com a “mentalidade dominada pela ideia da seleção entre diferentes tipos de humanos” (MBEMBE, 2018, p. 306) que ainda nos assombra. Só assim será possível a construção de um mundo comum baseado nos princípios da "igualdade das partes". Para concluir, Mbembe reforça:

O que precisamos imaginar é uma política do humano que seja, fundamentalmente, uma política do semelhante, mas num contexto em que, cabe admitir, o que partilhamos logo de início são as diferenças. E são elas que, paradoxalmente, precisamos pôr em comum. Isso passa pela reparação, isto é, por uma ampliação da nossa concepção de justiça e de responsabilidade. (MBEMBE, 2018, p. 307)

Em contraste à dinâmica da pandemia, que de algum modo parece homogeneizar as mortes das humanidades subalternas nas textualidades que configuram o projeto @reliquia.rum, encontramos a diferença como forma de resistência. Num mundo em que a divisão das “parcelas” do sensível é feita de modo desigual (RANCIERE, 1996), as textualidades do @reliquia.rum denunciam a desigual redistribuição da contagem, revelando a necessidade de se instaurar uma nova ordem para dar “parcelas” àqueles que não têm. A partir da Figura 2 e de tantas outras, as textualidades presentes no projeto @reliquia.rum atuam justamente para visibilizar, trazer à luz os que normalmente não são vistos. Em contraposição, as imagens são aparentemente “harmônicas”, reforçando um desarranjo das narrativas apresentadas que são, na verdade, textualidades que colocam luz e iluminam aquilo que não é muito agradável de atestar: o racismo, a violência sexual, a estigmatização que sofrem as mulheres negras, especialmente numa profissão marcada por baixos salários e pela desvalorização de suas atividades pela sociedade, frutos de uma herança escravocrata (SILVA *et al*, 2017). O @reliquia.rum esboça, deste modo, quase que uma ironia frente ao sofrimento vivido pelas mulheres que o projeto visa representar.

A dimensão da temporalidade, também parte constitutiva das textualidades presentes no projeto @reliquia.rum, é engendrada por um “tempo maior” o qual denominamos de “tempo da pandemia”. Tempo esse que convoca temporalidades diversas, acrônicas e diacrônicas, sendo marcado pela intensificação das crises econômica, sanitária e política que já eram presentes na realidade brasileira e na ordem do capitalismo neoliberal. O que significa dizer que o “tempo da pandemia” não vem substituir o “tempo cotidiano”, estabelecendo um novo normal, mas antes intensifica e reinstaura temporalidades já conflitantes. Ou seja, este tempo pandêmico, ainda que aparentemente “comum” a todos, faz sofrer diferentemente muitas das “parcelas”, potencializando a exclusão daqueles que já são excluídos. É o caso da textualidade investigada na Figura 3.

A Figura 3 representa as mulheres indígenas. Mulheres que sofrem no corpo as marcas de um colonialismo que nunca objetivou terminar, um colonialismo tal como pensado por Lugones:

[...] não apenas uma forma de classificar pessoas através de uma colonialidade do poder e dos gêneros, mas também para pensar sobre o processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano. (LUGONES, 2019, p. 361)

Na compreensão dessa textualidade, cabe lembrar-se desse passado que nunca passou, mas que se atualiza e se desdobra em práticas políticas cada vez mais corriqueiras. A dominação europeia, que dizimou as populações indígenas, mitigando suas tradições, costumes e suas crenças, violando seus modos de ser, pensar e sentir, trazendo a doença e os expulsando de suas terras, se atualiza no presente. A pandemia torna-se mais uma tecnologia política genocida contra tais populações. As populações indígenas que resistem denunciam na ONU¹⁵ a violência de um Estado que ignora sua existência e viola os seus direitos ao permitir que forças que visam unicamente o lucro avancem sobre a floresta e sua população e que as utilizam como um mito estratégico de genealogia, mas ao mesmo tempo lhes nega o direito ao próprio tempo.

Figura 3 – Imagem do perfil @reliquia.rum no *Instagram*



Descrição: Já foram sete mulheres na sua cidade. Ela foi a única indígena e grávida. Primeiro faleceu o feto, depois ela. Não sei se já tinha filhos. Morreu aos 31 anos, na Terra Indígena Apucarantina, Paraná. Arte não se explica. Na ousadia de palavrear o que se vê, uma tentativa de oferecer mais palavras ao luto: <As bochechas são de menina. A franja em duas camadas mais parece curvas da vida que não foram feitas. Olha de lado, nos olha de lado. Há flores e música que não parecem ser de seu povo. Quem sabe o artista fez certo: são os resquícios do mundo de fora que levou o vírus para o mundo de

¹⁵ Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/brasil-denunciado-por-risco-de-genocidio-indigena-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-1-24285115>. Acesso em: 25 out. 2020.

artista fez certo: são os resquícios do mundo de fora que levou o vírus para o mundo de dentro. Chove na mata, e a água não molha seu corpo>. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CEnJkzbHsq/>

Também é necessário citar o descaso do Governo Federal, através de recentes ações do Ministério do Meio Ambiente¹⁶, que tem frequentemente apoiado o garimpo¹⁷, os grandes proprietários de terra, mediante dispositivos legais que enfraquecem o combate ao desmatamento¹⁸, e a omissão no combate às recentes queimadas ocorridas no Pantanal, que afetam diretamente o ecossistema que envolve as terras indígenas. De acordo com relatório disponibilizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), os povos indígenas são dez vezes mais afetados pela pandemia da Covid-19¹⁹ se comparados com o restante da população brasileira.

Desse modo, se a modernidade, fundada num ideal de progresso e controle sobre o tempo, quer homogeneizar existências, criando uma temporalidade comum a todos os povos, interpretamos a textualidade presente no texto verbovisual que retrata a mulher indígena, na Figura 3, como uma forma de repensarmos as temporalidades compartilhadas pelos povos do Sul. Para refletir sobre esta dimensão, faz-se pertinente a imagem cíclica do tempo proposta por Rivera Cusicanqui (2010). Segundo a autora, a visão linear da história produz uma interpretação de que os conflitos do passado terminaram e nega, desse modo, a sua re-atualização no presente. Em vez de uma visão linear da história, Rivera Cusicanqui (2010) propõe a imagem de uma espiral, na qual se produz “uma inversão do tempo histórico, a insurgência de um passado e um futuro, que pode culminar em catástrofe ou renovação.” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 10, tradução nossa). Enquanto que a modernidade, calcada por um ideal de progresso baseado num projeto hegemônico do conhecimento para o avanço capitalismo, propõe “acertar todos os relógios do mundo” (APPADURAI, 2004) para universalizar todas as existências, Rivera Cusicanqui (2010) propõe uma nova leitura do tempo. O

¹⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/13/presidente-da-comissao-de-meio-ambiente-critica-salles-por-promover-desmonte>. Acesso em: 26 out. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/06/defesa-suspende-acoes-de-combate-aos-garimpos-ilegais-em-terra-indigena-apos-visita-de-salles.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2020.

¹⁸ Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/salles-mudancas-leis-ambientais-pandemia_br_5ec99e65c5b64085c39b86ea. Acesso em: 26 out. 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/08/atingidos-pela-pandemia-indigenas-contam-seus-mortos-e-acusam-governo-de-omissao>. Acesso em: 26 out. 2020.

reconhecimento de outras temporalidades, mas também de outras histórias, territorialidades e narrativas.

Na interpretação da Figura 3, cabe ainda destacar a vestimenta, os adornos e as pinturas que produzem e integram a corporeidade indígena, representando como uma forma de resistência a tantos outros discursos que tentam “civilizar o índio”. Trazemos para reflexão o trecho dito pelo presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, em janeiro de 2020, na criação do Conselho da Amazônia: “O índio mudou, tá evol... Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena, isso é o que a gente quer aqui”²⁰. Rivera Cusicanqui (2010) novamente nos auxilia na reflexão. Segundo ela, o reconhecimento malicioso e retórico de uma igualdade para os índios mascara o sistema de dominação existente nas práticas colonizadoras, mas, antes, atualiza o perverso sistema de exploração e ocupação de terras indígenas pelo latifúndio.

De outro modo, Cusicanqui propõe, partindo do conceito de sociedade abigarrada, do sociólogo mexicano René Zavaleta Mercado, o conceito-metáfora *Ch'ixi*:

A noção de *ch'ixi*, como tantas outras (*allqa*, *ayni*), obedece à ideia aymara de algo que é e não é ao mesmo tempo, ou seja, a lógica do terceiro incluído. Um cinza *ch'ixi* é branco e não branco ao mesmo tempo, é branco e também preto, seu oposto. A pedra *ch'ixi*, portanto, esconde em seu seio animais míticos como a cobra, o lagarto, as aranhas ou o sapo, animais *Ch'ixi* que pertencem a tempos imemoriais, a *jaya mara*, aymara. Tempos de indiferenciação, quando os animais falavam com os humanos. (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 70, tradução nossa)

Trata-se de uma nova forma de conceber a existência de múltiplas culturas que habitam nossas sociedades, considerando sua complexa e heterogênea constituição, “num esforço de superação do historicismo e os binarismos da ciência social hegemônica” (RIVERA CUSICANQUI, 2018, p. 17, tradução nossa). O conceito propõe “a coexistência em paralelo de múltiplas diferenças culturais que não se fundem, mas se antagonizam ou se complementam” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 70, tradução nossa). Ou seja, se a hegemonia capitalista se estrutura a partir da ideia de uma homogeneização para todos os povos, que se dá pela sua subordinação e por meio da

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2020.

hierarquização de culturas, linguagens, saberes e outras perspectivas de viver, o conceito-metáfora *Ch'ixi* nos aponta uma possibilidade de fuga a essa universalização, que se dá a partir da descolonização da própria consciência. E isso só é possível através do reconhecimento da diferença, pensada não como algo que nos divide, mas que permite a coexistência e o reconhecimento de outras formas de ser, pensar, sentir, falar, etc. Enfim, a existência de outra forma de conhecimento, corporificada, territorializada, em contato com o sensível, com a natureza, com si mesmo e com o outro.

Ainda pensando sobre a tentativa de controle do tempo pela modernidade, pelo abigarramento levantado por Rivera Cusicanqui, tal como pelo “tempo maior” ao qual nos debruçamos, é interessante ainda pontuar os modos pelos quais o acontecimento da pandemia pela má gestão da Covid-19 a nível global, mas sobretudo no Brasil, nos revela várias das dinâmicas com que a morte é sustentada nas práticas “modernas” ocidentais (que, no fundo, também se encontram sob tempos abigarrados). Se, conforme apontado por Ariès (1977), historiador vinculado ao que se denomina “história das mentalidades”, a morte vem passando por uma individualização e medicalização ao longo de sua história, sendo acompanhada por uma interdição discursiva e material, como podemos pensá-la em um momento em que não há como negá-la? Mas que também não há nem espaço e nem tempo para o luto? Como podemos compreender os modos como tais narrativas pandêmicas operam a partir desse pensamento ocidental e “abrasileirado” do morrer (pela Covid-19)? Considerando que “os rituais que cercam a morte nos indicam o lugar que ela ocupa para nós quando se trata de manter o pacto social que nos sustenta na vida civilizada” (LO BIANCO; COSTA-MOURA, 2020, p. 3a), como pensar no atual projeto nacional em curso que atua em direção a um apagamento parcial, se não total, das vidas ceifadas pelo vírus? Que vida social é esta e quais os seus respectivos valores que estão sendo sustentados pela atual “gestão” brasileira da crise da Covid-19?

Ariès (1977), ao estabelecer uma série de contrapontos históricos às transformações da morte e do morrer no “Ocidente” (ainda que trate tal espacialidade de forma muito genérica e homogênea), nos indica uma saída gradual da morte da esfera pública, onde era vivenciada enquanto um fenômeno cotidiano até o século XII. Naquele momento, o moribundo era lúcido de sua condição e também responsável pela

organização de sua despedida, marcada enquanto um evento público. Período esse que deu lugar a uma realocação da morte ao domínio hospitalar, com o advento da medicina, de modo que a família agora detém a função de zelar pelo morto, resguardando-o de seu estado real. Assim, segundo Ariés (1977), transitamos de um estado de “selvageria”, onde a morte é um fenômeno público, natural e consciente para um contexto de total interdição, cuja ideia de morrer deve ser varrida das práticas e narrativas sociais. A morte, agora desvincilhada das ações cotidianas, torna o luto uma condição de patologia, a depender da insistência de sua manifestação. Pensando nessa perspectiva, é possível afirmarmos que a instauração das mortes provocadas pela incompetência administrativa durante a pandemia da Covid-19 reconfiguraria o caráter interdito da morte em nossa sociedade? Ou apenas nos revela o total desprezo pela vida daqueles que seriam vistos como menos gente e que, assim, não teriam direito ao reconhecimento social à própria morte, conforme argumentado por Butler (2019) ao pensar sobre as vidas precárias e sobre o direito ao luto?

MATERNIDADES E A DIMENSÃO DOMÉSTICA NA PANDEMIA

A Figura 4 do projeto @reliquia.rum apresenta uma mulher jovem, grávida, que seria mãe, mas que teve a vida interrompida pela Covid-19. A postagem aborda a situação de várias mulheres grávidas e no puerpério (período pós-parto) que morreram em decorrência da Covid-19 no Brasil. Dentro do projeto, várias publicações abordam a mesma temática: “mulher, moça, gestante”²¹, “a manchete dizia gestante. Não era mais. As gêmeas tinham nascido. Ela quem morreu no pós-parto, foi imortalizada assim”²², “morreu no parto, conheceu o filho pelo celular”²³, entre outras.

Para tratar do tema, investigamos também um segundo tipo de conteúdo disponível no perfil @reliquia.rum. Com certa regularidade, são realizadas *lives* com a participação de Débora Diniz e convidados a partir do recurso *Instagram Stories*. Depois de realizadas, elas permanecem disponíveis na plataforma em formato audiovisual.

²¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGGklG5n06O/>. Acesso em: 26 out. 2020.

²² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CF8MTIcHsVP/>. Acesso em: 26 out. 2020.

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFf1GM5HeP3/>. Acesso em: 26 out. 2020.

Figura 4 – Imagem do perfil @reliquia.rum no *Instagram*



Descrição: Ela agonizou para morrer. As duas filhas foram nascidas antes do tempo, sequer conheceram a mãe ou a vida. Queria contar sobre ela, mas nada sei, só o luto de três em uma. Morreu aos 29 anos. Arapoema, Tocantins. Arte não se explica. Na ousadia de palavrear o que se vê, uma tentativa de oferecer mais palavras ao luto: <Não importava a roupa. O manto era a colcha que esperaria ela e as filhas da maternidade. Não houve retorno. Ela olha para o que deveria ter sido e não foi. Mas o mundo não pára pela dor infinita que parece ser só dela. Ao invés do parto, o sepultamento de três. Filhas nascidas órfãs, uma mãe que não chegou a ser>. **Fonte:** <https://www.instagram.com/p/CEfgOKSnBSL/>.

Em *live* sobre o tema “Morte materna em tempos de Covid-19”, realizada com a participação da médica e pesquisadora²⁴ Melânia Maria Ramos de Amorim²⁵, professora do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - (IMIP) e do Centro Universitário Unifacisa, foi debatida a situação das mulheres gestantes e puérperas que faleceram em decorrência da Covid-19 no Brasil. Na *live*, a professora Melânia Maria Ramos apresenta dados de estudo realizado por ela e por pesquisadores da Unesp, UFSCar, Imip, UFSC e Fiocruz, membros integrantes do Grupo Brasileiro de Estudos sobre Covid-19 e gravidez. A pesquisa²⁶, realizada com base em dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, aponta que, entre 26 de fevereiro de 2020 e 18 de junho de 2020, morreram no Brasil 124 mulheres gestantes ou no puerpério em decorrência da Covid-

²⁴ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5713345383835064>. Acesso em: 27 out. 2020.

²⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/melania44/>. Acesso em: 27 out. 2020.

²⁶ Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13300>. Acesso em: 27 out. 2020.

19. Esses dados²⁷ colocaram o Brasil como o país em que mais havia morrido mulheres grávidas e no puerpério no mundo. De acordo com a pesquisa, 22,6% das mulheres que morreram não tiveram acesso a Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), das quais apenas 64% receberam atendimento via ventilação invasiva. Para 14,6% dos casos, nenhum suporte ventilatório foi oferecido, e somente 21,4% das restantes receberam ventilação não invasiva. Para concluir, o estudo contabiliza que 77% dos óbitos de mulheres gestantes e no puerpério no mundo ocorreram no território brasileiro até aquele momento.

Em 4 de agosto de 2020²⁸, o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a atingir a marca de 200 mortes de gestantes e puérperas por conta da Covid-19. Outro estudo que também ajuda a textualizar a situação de mulheres gestantes ou no pós-parto que morreram de Covid-19 contextualiza o recorte de raça. Realizado por profissionais da enfermagem e obstetrícia de doze instituições brasileiras, entre as quais a Fiocruz, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o estudo²⁹ de Santos *et al.* (2020) buscou investigar a relação de mães negras e brancas atingidas pela Covid-19. Segundo o trabalho, embora tenham idades e condições pré-existent de saúde semelhantes, o fator de raça é um diferencial na mortalidade pela Covid-19. A pesquisa detalha que as gestantes negras possuem o dobro de chance de morrer caso contraíam a doença. Além disso, as mulheres negras foram hospitalizadas em piores condições e tiveram maiores taxas de admissão em UTIs, ventilação mecânica e morte. Na conclusão do estudo, os autores destacam a necessidade de reconhecer o “racismo e o sexismo como fatores determinantes e estruturais que condicionam as piores condições de vida e trabalho, bem como a falta de acesso à saúde e a falta de oportunidades para a população negra, principalmente as mulheres negras” (SANTOS *et al.*, 2020, p. 1, tradução nossa). Ambas as pesquisas citadas acima foram publicadas no *Clinical Infectious Diseases*, da editora da Universidade de Oxford.

²⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/por-que-brasil-o-pais-onde-mais-morrem-gravidas-mulheres-no-pos-parto-por-covid-19-no-mundo-1-24560095>. Acesso em: 27 out. 2020.

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/07/caso-unico-brasil-passa-de-200-mortes-de-gravidas-e-puerperas-por-covid-19.shtml>. Acesso em: 27 out. 2020.

²⁹ Disponível em: <https://academic.oup.com/cid/advance-article/doi/10.1093/cid/ciaa1066/5877027>. Acesso em: 27 out. 2020.

Se pensarmos histórica e estruturalmente, esses dados não se mostram surpreendentes. Cada vez mais vêm se ampliando os debates sobre a violência obstétrica no parto de mulheres negras no Brasil (e em outras partes do mundo). A dor, nesses momentos, também tem cor. De acordo com pesquisas realizadas nos últimos anos³⁰, mulheres pretas não somente recebem menos intervenções na hora do parto, de acordo com uma lógica “animalesca” por parte dos profissionais de saúde que as enxergam como mais resistentes “por natureza” à dor quando comparadas a mulheres brancas, como também recebem menos anestésias, reforçando tal imaginário cultural. O lugar da mulher preta, que ainda lutava pelo reconhecimento da sua humanidade quando as primeiras ondas feministas brancas reivindicavam direitos civis, é sempre um lugar de instauração de cidadanias precárias.

Ainda vale salientar que o projeto, ao ser interrompido em novembro de 2020, retorna em janeiro de 2021 e se volta especificamente a narrativas sobre maternidades vividas durante a pandemia, mas cujas sujeitas tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus e pela omissão do Estado. Se pensar sobre a morte é, sobretudo, falar do mundo dos vivos (CARNEIRO DA CUNHA, 1978), aos nos debruçarmos sobre as histórias daquelas que se foram, também nos dedicamos a tentar entender que tempos, corpos, dores e mundos por vir são esses que nos atravessam, mas nem sempre estamos a postos para ouvi-los.

Por fim, também achamos necessário trazer uma outra dimensão relativa às maternidades em tempos de Covid-19: o espaço doméstico. Embora tenhamos convocado algumas das textualidades acerca das relações de alteridade com que esses corpos e subjetividades estão em plena constituição, as experiências que dizem respeito ao próprio espaço privado também convocam outras materialidades e vulnerabilidades que valem a pena mencionar. Conforme a análise realizada por Lobo (2020) sobre os dados divulgados na nota técnica emitida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em abril de 2020³¹, pudemos constatar que, embora o número dos registros de boletins de ocorrência para casos de violência contra a mulher tenha sofrido uma queda

³⁰ Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

³¹ A nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre violência doméstica foi publicada em 16 de abril de 2020 e abrangeu os estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Acre, Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

considerável (entre 9,4% a 29,1%, a depender do Estado) em relação ao mesmo período do ano anterior (registros que tornam necessária a presença física das vítimas), o número de socorros prestados pela polícia militar a mulheres vítimas de agressão no ambiente doméstico aumentou (entre 2,1% a 44,9%), assim como o número de feminicídios (entre 46,2 a 400%). Verifica-se, também, um aumento de 431% no número de relatos de brigas entre vizinhos pelo *Twitter*. Assim, no curto período de quarentena analisado, foi possível constatar uma dupla ameaça: se na rua o vírus ainda tão desconhecido era (como ainda é) uma ameaça real, no espaço doméstico o risco de vida também era/é bastante acentuado para os corpos feminilizados.

Refletindo sobre as possíveis correlações entre a atual pandemia e àquela vivenciada por mulheres em continente africano, Pimenta (2020) nos oferece pensamentos alinhados aos de Lobo (2020), ao mostrar como a posição da mulher nas estruturas sociais contribuía para a potencialização de suas vulnerabilidades frente à iminência do vírus, embora a autora não trate das violências físicas como a antropóloga mencionada anteriormente.

Ao contrário, a sobrecarga do cuidado doméstico se intensificou, tornando a casa um lugar de extremado risco para as mulheres. Além do usual fardo de sempre, a casa passa a ser também perigosa. Dessa maneira, várias mulheres foram contaminadas enquanto cuidavam de seus maridos, filhos, pais e também de seus vizinhos e, de certa forma, também elas viraram o vetor de transmissão do vírus do ebola. Portanto, o mesmo amor que cuidava, colocava estas mulheres e meninas em situações de vulnerabilidade e risco. Adoecendo, muitas destas mulheres também eram cuidadas por outras muitas mulheres, que também teciam a trama de cuidado doméstico que, por sua vez, era a mesma rede de risco e transmissão da doença. O mesmo cuidado que salvava, também matava. (PIMENTA, 2020, p. 11)

Por isso, também consideramos importante pensar sobre a lógica colonial dos afetos vivenciados pelos corpos e subjetividades de mulheres que, encarregadas de zelar pelo espaço doméstico e pela criação dos filhos, também têm sua própria segurança violada por aqueles de quem deveriam receber conforto num momento tão difícil em que o vírus já se torna um antagonista suficiente num contexto onde as autoridades da esfera pública o potencializam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos como extremamente relevante a iniciativa proposta pelo projeto @reliquia.rum, especialmente num país como o Brasil, que, no cenário da pandemia, apresentou altas taxas de violência contra a mulher³² e um descaso explícito das autoridades pelas medidas necessárias de isolamento e políticas sociais. O @reliquia.rum, tomado como um dispositivo midiático composto por textualidades materializadas, se propõe a “visibilizar” como sofrem de modo desigual diferentes parcelas de mulheres do nosso país. Nossa intenção, a partir das redes textuais articuladas pelo projeto, foi de qualificar não somente os modos como esses textos puderam ser instituídos, mas também de pensar as temporalidades que o compuseram e que também visibilizam as condições de existência das mulheres representadas.

Ao considerarmos a “pacificação do acontecimento da pandemia”, ou seja, a sua homogeneização narrativa pela mídia tradicional como um evento de testemunho e experiência singular, fomos provocados a buscar projetos que dessem conta, mesmo que de forma parcial, dos múltiplos rastros de existência daqueles que foram vítimas do vírus e do Estado brasileiro. Assim, este texto é uma tentativa de sair das lógicas matemáticas e uniformes das narrativas pandêmicas que nos atravessam.

Se de um lado estamos interessados em apontar como as textualidades são modos de produzir aquilo que chamamos de texto, ou seja, as suas condições de existência em caráter relacional e processual, de outro nos debruçamos sobre as temporalidades que constituem e atravessam tais narrativas. Temporalidades essas que demarcam o passo do próprio texto, mas também da existência dos corpos aqui tratados e representados. Neste sentido, pensamos no “ponto rítmico” ditado pela pandemia, onde “o acontecimento não marca uma ruptura mas sim a produção de um ponto rítmico na temporalidade cotidiana.” (ANTUNES, 2008, p. 5).

Por fim, cabe ressaltar que entendemos, no arranjo das interações entre sujeitos e falas que atravessam as textualidades presentes no @reliquia.rum, a presença de elementos de apaziguamento e conflito, que por si só não deixam de ser “um lócus de reverberação e negociação da vida social” (ALZAMORA; ZILLER; D’ANDREA, 2018, p. 67). Afinal, como vimos ao longo de todo esse período, foram as mulheres as principais agentes na linha de frente contra o vírus, seja nos hospitais, no cuidado da

³² Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/violencia-contra-a-mulher-a-pandemia-que-nao-cessa/>. Acesso em: 27 out. 2020.

casa ou em tantas outras profissões precarizadas cujo gênero feminino é o representante. Assim, terminamos com a pergunta colocada por Pimenta (2020, p. 18) e que se apresenta tão certa em meio a tudo o que estamos vivendo: “Toda crise revela grandes ironias e uma delas é: a pandemia tem cara de mulher, mas, e a voz?”.

REFERÊNCIAS

ABRIL, Gonzalo. Tres dimensiones del texto y de la cultura visual. **Revista Científica de Información y Comunicación**, v. 9, p. 15-35, 2012. Disponível em: http://institucional.us.es/revistas/comunicacion/9/art_1.pdf. Acesso em: 19 maio 2021.

ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Revista outra travessia**, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 19 maio 2021.

ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; D’ANDRÉA, Carlos. Mídia e dispositivo: uma aproximação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA. (orgs.). **Textualidades Midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018.

ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura**, v. 6, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3517/2571>. Acesso em: 19 maio 2021.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Da idade média aos nossos tempos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BRAGA, José. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/uma-conversa-sobre-dispositivos/>. Acesso em: 19 maio 2021.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os mortos e os outros**. São Paulo: Hucitec, 1978.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Narrativas sobre o golpe no Brasil: acontecimento, jornalismo e disputas de sentido. **E-Compós**, v. 22, n. 1, p. 1-23, set. 2019. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1597/1959>. Acesso em: 19 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO Carlos; ALZAMORA, Geane. (orgs.). **Textualidades Midiáticas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2018.

LO BIANCO, Anna; COSTA-MOURA, Fernanda. Covid-19: luto, laço e sustentação do laço social. **Psicol. cienc. prof.**, v. 40, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932020000100656&script=sci_arttext. Acesso em: 23 maio de 2021.

LOBO, Janaína. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 20-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18901>. Acesso em: 19 maio 2021.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MENEZES, Mariane *et al.* Risk factors for adverse outcomes among pregnant and postpartum women with acute respiratory distress syndrome due to COVID-19 in Brazil. **International Journal of gynecology & obstetrics**, v. 151, n. 3, 2020. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13407>. Acesso em: 19 maio 2021.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 8-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18900>. Acesso em: 19 maio 2021.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-75, 2005.

RANCIERE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: Tomo 1**. Campinas: Papyrus, 1994.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch’xi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTANA, Danielly *et al.* Maternal and perinatal outcomes and factors associated with twin pregnancies among preterm births: evidence from the Brazilian Multicenter Study on Preterm Birth (EMIP). **International journal of gynecology & obstetrics**, v. 149, n. 2, p. 148-153, 2020. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ijgo.13114>. Acesso em: 19 maio 2021.

SANTOS, Débora *et al.* Disproportionate impact of coronavirus disease 2019 (COVID-19) among pregnant and postpartum black women in Brazil through structural racism lens. **Clinical Infectious Diseases**, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/cid/advance-article/doi/10.1093/cid/ciaa1066/5877027>. Acesso em: 19 maio 2021.

SILVA, Christiane *et al.* O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 454-470, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/16703>. Acesso em: 19 maio 2021.

Recebido em 16 de abril de 2021.

Aprovado em 24 de maio de 2021.